

# Segundo resgate ou programa cautelar? Há quem prefira o resgate

Daniel Bessa, Manuel Carvalho da Silva e Álvaro Santos Almeida analisaram, no “Conversas Cruzadas” desta semana, os cenários que se colocam a Portugal a partir de Maio: segundo resgate ou programa cautelar. Ao contrário da generalidade das opiniões que se vão ouvindo, Santos Almeida opta pelo segundo resgate. “Saía mais barato”, argumenta. Na edição de ontem, o mais recente leilão de dívida e o rumo dos indicadores económicos estiveram também em análise. E até de Eusébio se falou...

» José Bastos

Álvaro Santos Almeida considera a possibilidade de um segundo resgate preferível ao programa cautelar.

“A minha opinião, algo particular, é de que até preferia um segundo resgate em vez do programa cautelar” afirmou o professor da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, no “Conversas Cruzadas” de ontem.

“Preferia um segundo resgate, porque, pelo menos, saía-nos mais barato”, argumentou Santos Almeida, sublinhando que “a diferença fundamental entre um programa cautelar e um segundo resgate” é “a condicionalidade estrutural - basicamente, um conjunto de medidas que já deveriam ter sido adoptadas há 15 ano”.

“Um segundo resgate implicava um financiamento de cerca de 150 pontos-base abaixo do que está neste momento. 150 pontos-base da nossa dívida pública são 3120 milhões de euros por ano. É muito o que está aqui em causa”, defende o antigo presidente da Entidade Reguladora de Saúde.

O ponto-de-vista de Daniel Bessa é o oposto. O ex-ministro da Economia, prefere o programa cautelar, “embora ninguém saiba ainda muito bem o que é” Bessa apontou que Álvaro Santos Almeida parte “de um elemento ‘de facto’: quando não estamos sob pressão, temos mais dificuldade para não dizer que não fazemos”. Não discordando, o director-geral da Cotec Portugal contrapõe: “Sou um optimista incorrigível. Há quem me chame ingénuo. Quero sempre

acreditar que nós, sozinhos, um dia, lá conseguiremos dar a volta à coisa. Depois, Álvaro Santos Almeida valoriza o elemento custo. É verdade que o segundo resgate fica mais barato, mas essa diferença só se aplica ao financiamento que está para vir. O *stock* da dívida, muito dele com prazos já definidos, não vai mudar”. Neste ponto, Santos Almeida concorda: “É verdade, mas, em 2014/2015 o refinanciamento bruto vai ser na casa dos 70 mil milhões de euros. Portanto, estamos a falar de mil e quinhentos milhões, o que continua a ser muito dinheiro”.

O antigo quadro do FMI insiste nos custos acrescidos do programa cautelar por comparação com um segundo resgate. “Sair sozinho vale 3120 milhões de euros, o que equivale a quase 2% do PIB e dava para pagar muitas pensões, muita saúde, muita educação, em vez de dar para pagar juros. Obviamente, isso implicaria um conjunto de restrições, mas, na minha opinião, até era preferível que essas restrições fossem impostas externamente, porque a nossa experiência dos últimos 40 anos demonstra que, quando não há restrições externas, há, geralmente, o descalabro, há o descontrolo das contas públicas. Portanto, ter alguém externamente a impor rigor nas contas públicas e, em contrapartida, a financiar-nos mais barato do que conseguimos em mercado, não me parece que fosse um mau compromisso”, sustenta.

Daniel Bessa reconhece os custos, mas recusa o segundo resgate: “Apesar de tudo - e talvez seja ingenuidade -, quero acreditar que, mesmo sendo mais

## Eusébio no Panteão. Todos de acordo

Faz sentido discutir Eusébio no Panteão? Faz sentido a (quase) unanimidade que se vem gerando à volta deste assunto? Daniel Bessa reflecte sobre um dos temas da actualidade. “Vou fazer um *mea culpa*: não sou um aristocrata de nascimento, mas tornei-me um aristocrata da valorização da ciência, da universidade, do conhecimento, de achar que esses são os vínculos fundamentais de promoção e valorização humana. Mas aqui está o meu ponto-fraco: quando olho para uma pessoa como o Eusébio - e é difícil ser mais humilde, manifes-

tando essa humildade em múltiplos aspectos do seu comportamento -, quando se vê o que essa pessoa atingiu e o que eu próprio me revivi nele, acho que Eusébio não está mal no Panteão. Acho é que anda tudo depressa demais”, opina o antigo ministro da Economia.

Santos Almeida concorda: “Depressa demais no sentido em que a translação tem de ser algo pensado, mas, daqui a cinco anos, eu estaria seguramente a apoiar que o Eusébio estivesse no Panteão, porque o Panteão é para figuras símbolo-nacional e o

Eusébio é um símbolo nacional”. Manuel Carvalho da Silva soma argumentos à unanimidade na análise feita no “Conversas Cruzadas”. “Estou de acordo com o que foi aqui dito, mas talvez esta situação nos deveria levar a reconsiderar alguns critérios quanto aquilo que deve ser o Panteão Nacional como espaço para portugueses e para que portugueses e porque critérios. Era bom que essa questão fosse debatida, muito embora, quanto ao Eusébio, comungue da expressão usada pelo professor Daniel Bessa: ‘não me choca’”, conclui o sociólogo.

caro e sendo verdade que a pressão externa para as reformas diminui, prefiro o programa cautelar. Talvez seja a minha ‘costela’ de Paulo Portas” rematou o ex-ministro da Economia.

## O que dizem os indicadores?

Manuel Carvalho da Silva, mais que pôr o foco na opção por programa cautelar ou segundo resgate, analisa elementos do mais recente discurso público oficial a sugerir o êxito do programa de ajustamento e a inversão dos indicadores económicos, para contestar: “O que são os resultados de que nós precisávamos? O que é que se devia inverter? O que é que se está a inverter? Estas são as questões de fundo. Do meu ponto de vista, o que se deveria inverter neste país era a corrupção, a nossa capacidade de ser mais produtivos, ajudas e medidas adoptadas por todos os actores sociais e económicos que levasse a maior produtividade, era a nossa capacidade de ver o nosso produto crescer, de produzir mais riqueza, era a capacidade de equilibrar as contas públicas. Era indispensável. Era também termos uma administração pública mais eficaz, que evitasse burocracias, desgastes, mais amiga das pessoas e das empresas. Era termos uma sociedade mais justa e com melhor distribuição da riqueza. Ora, é isto que está a ser obtido? São estes os resultados do programa? Não, não são”.

Os indicadores económicos são hoje mais positivos, mas as interpretações que deles se fazem são contraditórias. Já se lê o que os números não dizem? Responde Daniel Bessa: “Para a vida concreta das pessoas - para quem o importante é, basicamente, ter ou não emprego, ter um salário maior ou menor e pagar mais ou menos impostos - é preciso que o processo esteja mais avançado. Não posso estar mais de acordo em que as pessoas, nas ruas, nas suas casas, não estão ainda a sentir nada de especial. Portanto, estas coisas dão-se por uma certa ordem, por isso é que se fala em indicadores avançados. São bons indicadores, mas daí até chegar ao bolso das pessoas, ainda demora”.

No plano político, Daniel Bessa sustenta que a melhoria dos indicadores não produzirá resultados em tempo útil de permitir a recondução desta maioria e deste Governo.

“Acho que há, realmente, um conjunto de boas notícias. Devo dizer, contudo, que, há dias, fiz com alguém uma aposta no sentido de que não vai chegar para o PSD e CDS ganharem as eleições. Porque, na hora de votar, e escolher entre PSD/CDS e PS, daqui a um ano ou menos de dois anos, as pessoas não vão sentir mudanças suficientes, nas suas condições concretas de vida, para acharem ‘ok, isto correu muito bem, estou muito agradecido, voto nos mesmos’”, antecipa Daniel Bessa.

Manuel Carvalho da Silva alude a uma “propaganda” do Governo que a realidade não sustenta. “O que está em andamento é uma operação de consolidação para a política de austeridade ficar por muito tempo. Uma política que não tem nada a ver com esta propaganda de êxitos. As pessoas estão em mais e maiores dificuldades. As pensões continuam a ser cortadas e assistimos a cenas como aquela do Vice-Primeiro ministro Paulo Portas a fazer declarações como ‘esta medida não tem nada a ver com a TSU dos pensionistas do passado, nós estamos a proteger os que têm pensões mais baixas’. Já vale dizer tudo”, diz o antigo líder da CGTP.

Carvalho da Silva diz que a situação está a inverter-se, sim, quando se gasta “menos no ensino e noutras áreas”, quando “temos menos polícias nas ruas” e se anuncia “o corte de 15% no combustível dos carros da polícia”.

“Temos menores e piores pensões de reforma. Temos menos protecção dos desempregos. Temos menos protecção social. Temos menos infra-estruturas. Estamos mais pobres. E, sobre o emprego, temos de analisar a qualidade do emprego. Trabalhar poucas horas por mês não é ter emprego. É melhor do que não trabalhar, mas não é ter emprego”, defende o investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

## O leilão de dívida

Portugal voltou, na última semana, a promover um leilão de dívida, obtendo um juro de 4,6%, performance que, diz Santos Almeida, “mais do que um trunfo negocial, é uma condição para que não se tenha de recorrer a um segundo resgate”.

“Um programa cautelar ou uma saída limpa, qualquer uma destas hipóteses pressupõe que Portugal tenha capacidade de aceder aos mercados a taxas razoáveis. Portanto, esta emissão de dívida é um passo nesse sentido. Se não fosse possível fazê-la nos próximos seis meses, provavelmente, estaríamos condenados a um segundo resgate. Esta emissão permite abrir essa possibilidade e mais do que isso confere-lhe consistência” sustenta.

Já Manuel Carvalho da Silva volta a defender a renegociação da dívida. “Discutir estas idas pontuais aos mercados, ou pequenas diferenças nas taxas de juro, são aspectos de uma lógica de percurso de um caminho que, do meu ponto de vista, não resolve os problemas. Ou seja, por mais voltas e voltinhas que se queira dar, enquanto não houver uma efectiva renegociação da dívida e uma reconsideração de vários dos seus aspectos, nós não temos solução, no sentido de encontrar soluções-base suficientemente estáveis, suficientemente estruturadas, para termos um tempo de progresso e de desenvolvimento do país”. é a tese do sociólogo.

Daniel Bessa recorda a declaração de Paulo Portas, na última semana, na entrevista ao *terça à Noite* da Renascença, segundo a qual “é preferível fazer reformas sem a *troika* cá”, para afirmar que não partilha do mesmo ponto-de-vista: “Acho que estamos na aproximação do termo de um programa, de um conjunto de coisas que tinham de ser feitas num determinado período de tempo e esse período está a esgotar-se. Agora, no dia 18 de Maio não vai mudar tanto assim, como, às vezes, se pensa. É a minha visão”, indica o ex-ministro da Economia.

Neste ponto, Santos Almeida vai “um bocadinho mais longe que o professor Daniel Bessa, quando defende que não vai mudar grande coisa. Eu digo que não vai mudar nada, porque nós temos um conjunto de compromissos, de restrições por pertencer à União Europeia e à Zona Euro e essas restrições não desaparecem. Vão continuar a condicionar a políticas económicas de qualquer governo, seja deste ou de outro qualquer, porque não se esgotam em Maio de 2014 nem sequer no Verão de 2015. São restrições que continuarão enquanto Portugal pertencer à zona euro e que não serão muito diferentes quer num programa cautelar quer no segundo resgate”.